

CORREIO DO SERVIDOR



Acordo coletivo da Conab ainda terá ajustes antes da assinatura

Trabalhadores da Conab aprovam acordo coletivo 2026/27

Os trabalhadores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) aprovaram, por ampla maioria, a contraproposta da empresa para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2027. A decisão ocorreu em assembleias nos estados e no Distrito Federal e foi formalizada pelas entidades representativas em ofício enviado à presidência da companhia. Apesar da aprovação, os empregados apresentaram três ressalvas para a consolidação do acordo. Entre elas estão a redação da cláusula sobre a taxa negocial e uma alteração na cláusula referente à jornada de trabalho, que incluiu a expressão “ou gratificação técnica” sem discussão prévia nas reuniões de negociação. As entidades também pediram ajustes antes da assinatura definitiva do documento. Com a aprovação da contraproposta, o processo segue agora para a consolidação e formalização do novo ACT entre a Conab e os trabalhadores.

Funai seleciona especialistas temporários

Termina na próxima sexta-feira (25) o prazo de inscrições para o processo seletivo da Funai destinado à contratação de Especialistas Temporários em Proteção Territorial. As oportunidades exigem nível superior e abrangem apoio administrativo, atividades de campo, georreferenciamento e manejo integrado do fogo. A remuneração é de R\$ 7.647,20, para jornada de 40 horas semanais. A seleção terá análise curricular e entrevista on-line, conforme previsto no edital.



Seleção da Funai oferece vagas para profissionais de nível superior

CRBio-01 abre concurso com salários de R\$ 7 mil

O Conselho Regional de Biologia da 1ª Região (CRBio-01), que abrange São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, abriu concurso público para cargos de níveis médio e superior. Os salários variam de R\$ 3.399,52 a R\$ 7.181,50, para jornada de 40 horas semanais, além de benefícios. A seleção oferece vagas imediatas e formação de cadastro de reserva. As inscrições seguem até 21 de outubro, pelo site do Instituto Quadrix, com taxas de R\$ 85 a R\$ 100. As provas objetiva e discursiva estão previstas para 29 de novembro.

Servidores da CVM defendem Berwanger

O Sindicato Nacional dos Servidores da CVM (SindCVM) divulgou nota em defesa do superintendente Antônio Berwanger após críticas à sua atuação. A manifestação ocorre após ele ser indicado pelo presidente Lula para uma vaga na diretoria da autarquia. A entidade defendeu o corpo técnico e ressaltou que decisões regulatórias passam por diferentes áreas e pelo colegiado da CVM.

POR ANDRE SOUZA E LUIGI FREIRE (Estagiário)

Ofícios ao MGI I

A Condsef/Fenadsef encaminhou 5 ofícios ao MGI, para solicitar reuniões sobre demandas públicas federais. Os documentos tratam do DenaSUS, de servidores da antiga Embratur, da inclusão de pedagogos na carreira de Analista do Executivo, do RSC para técnicos administrativos e trabalhadores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS. atuais

Ofícios ao MGI II

Entre as demandas está o reequadramento de servidores da antiga Embratur na carreira de Analista de Comércio Exterior e o reconhecimento do DenaSUS como instituição científica e tecnológica. Pede a inclusão de pedagogos na carreira de Analista Técnico do Executivo e a regulamentação do RSC para servidores do PCCTAE.

Defesa porte de armas I

Projetos em tramitação no Congresso propõem ampliar o porte de armas para servidores ambientais. Medidas já incluem servidores da Funai e de órgãos locais, além de estender a autorização fora do expediente ao Ibama e ICMBio. As propostas são justificadas por ameaças recorrentes e demora no apoio policial nas áreas isoladas em campo.

Defesa porte de armas II

A ampliação do porte de armas divide opiniões no debate. Servidores defendem a medida diante de ameaças, enquanto críticos afirmam que a segurança deve ser garantida pelos policiais. Dados citados no debate apontam conflitos em operações ambientais e violência contra defensores do meio ambiente e alertam para os riscos da ampliação.

Royalties Equatorial I

Um projeto de lei apresentado no Senado propõe destinar 1% dos royalties da exploração de petróleo e gás natural na bacia da Foz do Rio Amazonas e na Margem Equatorial ao pagamento de despesas salariais de servidores públicos. O PL 5396/2026 é de autoria do senador Jaime Bagattoli (PL-RO) e prevê esse repasse aos servidores federais.

Royalties Equatorial II

A proposta tem como foco o quadro funcional especial de ex-territórios e prevê recursos para servidores ativos, inativos e pensionistas dos territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia. O texto estabelece que parte dos royalties da exploração de petróleo e gás seja destinada ao pagamento de despesas salariais desse grupo nessa proposta.



Agência da Caixa Econômica Federal com faixa de greve em Osasco/SP

Greve na Caixa continua após funcionários rejeitarem proposta

Empregados mantêm paralisação após nova rejeição ao acordo coletivo do banco

Da Redação

Os funcionários da Caixa Econômica Federal decidiram manter a greve após rejeitarem uma nova proposta apresentada pelo banco para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2028. A decisão foi tomada em assembleias realizadas em todo o país e encerradas na segunda-feira (21).

Segundo a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), esta foi a terceira proposta recusada pelos empregados durante as negociações. A maioria dos estados votou pela continuidade da paralisação, iniciada em 10 de setembro.

Um dos principais pontos em discussão é o Saúde Caixa, plano de assistência à saúde dos empregados. Na proposta mais recente, o banco ampliou de 6,5% para 9% o limite de participação da Caixa no custeio do plano.

O texto previa ainda mensalidade única equivalente a 3,7% da remuneração para empregados, aposentados e pensionistas, além da preservação do modelo solidário e do pacto intergeracional. O teto anual de coparticipação seria reduzido para R\$ 4,7 mil e o atendimento em pronto-socorro teria valor de R\$ 120. Na área econômica, a pro-

posta previa reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescido de 0,6%, sobre salários, vantagens pessoais, funções de confiança e outras referências remuneratórias em 2026 e 2027. Para os benefícios, o reajuste previsto para este ano chegaria a 4,60%.

Também estavam previstas mudanças no Super Caixa, programa de remuneração dos empregados, além de alterações relacionadas às condições de trabalho, acompanhamento familiar, promoção por mérito e enquadramento de trabalhadores com deficiência.

A greve começou depois que funcionários rejeitaram a primeira proposta apresentada para o novo acordo. Em 128 bases sindicais houve recusa do texto, sendo que 93 aprovaram a paralisação por tempo indeterminado. As negociações foram retomadas durante a greve. Em 16 de setembro, representantes da Caixa e das entidades dos trabalhadores voltaram à mesa em São Paulo. O banco apresentou mudanças no Saúde Caixa, no Super Caixa e em outros pontos do acordo.

Com a nova rejeição, a paralisação continua enquanto representantes dos empregados e a direção da Caixa discutem os termos para a renovação do ACT.